Distrito Relações Governamentais
SHS Quadra 6 Complexo Brasil 21
Bloco E Salas 502-509, Brasília – DF.
www.distritorelgov.com
linkedin.com/distrito-relgov
(61) 3548-5297

25 de maio de 2020

Cenário Geral

Em meio aos elevados números de infectados pelo coronavírus, o ritmo das pautas no Congresso Nacional ainda está se adaptando ao fluxo de debates e votações virtuais, mas é claro o esforço dos presidentes Rodrigo Maia (DEM/RJ) e Davi Alcolumbre (DEM/AP) para manter o fluxo ativo das agendas das Casas.

Na semana passada, o secretário-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello, testou positivo para COVID-19 e a sessão da Casa foi cancelada para que o local fosse desinfetado. A descoberta de um servidor infectado trouxe uma certa indefinição para a pauta, já que outros servidores que estavam atuando presencialmente também estão sendo testados. Projetos previstos, mas que não foram votados podem acabar entrando na pauta dessa semana, bem como alguns aprovados pela Câmara dos Deputados, caso haja mesmo sessão. A expectativa é de que haja mais detalhes após reunião do colégio de líderes prevista para hoje pela manhã.

A agenda da Câmara aparenta maior clareza com a previsão de votação das medidas provisórias 917/2019, 919/2020 e a 920/2020, editadas pré-coronavírus. Até o momento, Maia tem concentrado as pautas na pandemia e optado por aprovações mais fáceis e rápidas, que não criem polêmica.

A semana no Legislativo

Até o momento, a pauta da Câmara publicada para a semana tem tudo para ser tranquila.

Um importante projeto que está previsto para votação na sessão deliberativa de terça, 26 de maio, é o PL 1075/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes. A proposição, de autoria coletiva, inclui nomes da oposição como Benedita da Silva (PT/RJ), David Miranda (PSOL/RJ), Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Gleisi Hoffmann (PT/PR), entre outros.

A medida tem o suporte maciço da classe artística, além de petições on-line de apoio. Esses apoios podem fazer com que a proposição seja efetivamente votada, pois as mobilizações sociais quase sempre se mostram um importante fator na definição das pautas do Congresso.

Impasse na MP 936/2020 adia votação

A MP 936/2020, editada pelo governo em 01 de abril, com relatoria do deputado federal da oposição Orlando Silva (PCdoB/SP), está há mais de duas semanas afastada da pauta de votações porque não há consenso sobre o texto final.

A partir da MP, o governo federal espera frear demissões em massa, já que o empregador pode suspender totalmente salários e jornadas por até dois meses ou reduzi-los por três meses. Entre as alterações do relator, há o desejo de aumentar a recomposição salarial paga pelo governo aos trabalhadores, calculado com base no valor do seguro-desemprego, cujo teto é R$ 1.813,03. Além disso, é quase certa a reinclusão no texto da participação dos sindicatos nas negociações entre empresas e trabalhadores.

Publicamente, o grande impasse continua: o ministro da Economia, Paulo Guedes, já deu todos os sinais de que não apoia mudanças que resultem em oneração maior dos cofres públicos, mas está claro que qualquer mudança no texto da MP irá, naturalmente, custar mais.

O futuro é incerto, mas uma coisa que pode ter acalmado os ânimos, por ora, foi a concordância do governo em

estender o auxílio emergencial pago aos trabalhadores afetados pelas medidas, bem como aos informais, por mais duas parcelas. Recentemente, o presidente Bolsonaro diz ter acordado com Guedes a liberação da quarta parcela, quiçá uma quinta. Os valores ainda não foram definidos.

A garantia de um alívio financeiro estendido talvez dê ao governo margem para passar a medida sem novas alterações ou para conseguir mais tempo para debater os pontos em desacordo, mas de um jeito ou de outro, Guedes terá que liberar as cifras.

Fake News na pauta

Previsto entre os tópicos da reunião do colégio de líderes do Senado, o PL 2630/2020, do senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE), institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A proposição quer proibir robôs não identificados e redes de disseminação artificial de conteúdo, criar um serviço de reclamação para usuários lesados e estabelecer obrigações ao poder público no combate às *fakes news*.

Recentemente, o perfil no Twitter *Sleeping Giants* Brasil (@slpng_giants_pt) gerou bastante repercussão on-line ao avisar ao Banco do Brasil sobre a veiculação de anúncios da empresa em sites que divulgam *fake news*. A iniciativa, inspirada em um modelo americano de combate às desinformações, tem mirado especialmente empresas consideradas bolsonaristas em seus ataques.

A relatoria ainda não foi definida, mas quem disputa são: Randolfe Rodrigues (Rede/AP), Eduardo Gomes (MDB/TO) e Weverton (PDT/MA). Independente da escolha, repertório não faltará para fomentar o debate, que está longe de ser consenso. Há, inclusive, quem entenda o PL como censura. O autor da medida rechaça a ideia e afirma que o texto tem o apoio de algumas entidades do setor. No entanto, para que um assunto controverso como esse avance, especialmente em meio às incertezas da agenda do Senado na pandemia, será preciso uma motivação bem maior do que as colocadas até o momento.

A agenda do Executivo

O presidente Jair Bolsonaro começa a segunda-feira mais aliviado, certamente. A agenda da semana passada foi cheia, com socorro ao setor elétrico, reunião com governadores e 50% de reprovação do governo pela população, de acordo com dados divulgados pela pesquisa XP/Ipespe. Para fechar, ainda houve a divulgação do vídeo na íntegra da reunião ministerial do dia 22 de abril, material que é considerado peça-chave nas investigações do inquérito Moro x Bolsonaro que apura se houve ou não interferência do presidente na Polícia Federal.

A repercussão do vídeo, como era de se esperar, foi significativa - tanto na grande imprensa quanto nas redes sociais, mas o respiro do fim de semana favoreceu Bolsonaro. Pode ser que o assunto volte a render já que o procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, disse que se pronunciaria essa semana.

De forma geral, o presidente não deve sair manchado. Para a sua base aliada, o vídeo só reforça comportamentos que são sua marca registrada. Além disso, a impressão geral foi de que o vídeo não foi capaz de comprovar a intenção do presidente de interferir na Polícia Federal. Até críticos ferrenhos do presidente, como o jornalista Kennedy Alencar,

vieram a público, em suas redes sociais, alegar que o vídeo não entrega o que o ex-ministro Sérgio Moro prometeu.

Passada a euforia sobre o vídeo, a expectativa agora é pela sanção do socorro aos estados e municípios. Mesmo em clima mais amistoso com os governadores, a demora em sancionar a lei pode criar novo incômodo, principalmente porque prefeitos reclamam da falta de verba para pagar salários, inclusive de profissionais de saúde. O congelamento do salário de servidores, que já era esperado como contrapartida ao pacote de socorro financeiro estimado em R$ 125 bilhões, pode gerar estresses nos próximos dias. Tudo depende da repercussão da medida na ponta.

Outra incerteza no governo federal é a nomeação do novo ministro da Saúde no momento em que o Brasil já ultrapassou a marca de mais de 20 mil mortes por coronavírus. Desde a saída de Nelson Teich, a pasta está sendo comandada interinamente pelo general Eduardo Pazuello. Até quando, não se sabe. Em menos de uma semana, ele nomeou nove militares para cargos chave na pasta e um assessor especial criminalista. A descaracterização da Saúde tem sido bastante criticada na imprensa e por opositores do governo.

Há indícios de que o presidente manterá o general, que vem sendo obediente às suas diretrizes, até que consiga um nome que agrade a ala militar e lhe dê o apoio necessário para que ele possa direcionar, de acordo com suas convicções, as políticas públicas de combate à pandemia.

Barroso toma posse no TSE e precisa decidir sobre adiamento das eleições

A posse do ministro Luís Roberto Barroso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será realizada, de forma virtual, nesta segunda-feira, 25 de maio. A partir de agora, o principal desafio da autoridade é coordenar o possível adiamento das eleições municipais para o final do ano.

Apesar de não ter batido o martelo ainda, a tendência é pelo adiamento. O ministro, que afirmou nesse domingo, 24 de maio, em entrevista ao Correio Braziliense, que a ciência definirá o adiamento das eleições, vem analisando os possíveis cenários até de outros países. Um estudo do TSE indicou o adiamento de eleições, referendos ou prévias em 55 países entre fevereiro e começo de maio. O levantamento ainda mostrou que outros 22 países mantiveram os pleitos mesmo em meio à pandemia. Um exemplo foi a Coreia do Sul, que teve eleições, mas proibiu comícios à época.

Na Câmara e no Senado, o entendimento é de que se deve adiar o pleito. A previsão é que seja instalada, nesta semana, uma comissão mista, formada por deputados e senadores, para debater o tema. Rodrigo Maia (DEM/RJ), inclusive, já estuda possíveis domingos em novembro e dezembro. Ele, no entanto, já disse que não quer alongar mandatos e, para que isso ocorra, as eleições teriam que acontecer ainda esse ano garantindo as posses no início de janeiro.

A dificuldade de se pensar em uma solução que alongue os mandatos passa pelo interesse de grande parte dos parlamentares nas eleições. Muitos deles sairão como candidatos ao cargo de prefeitos de suas cidades e outros utilizarão as eleições para apoiar aliados e se fortalecer em suas bases.

DISTRITO

Relações Governamentais

https://www.linkedin.com/company/distrito-relgov

+55 (61) 3548-5297 | distrito@distritorelgov.com | www.distritorelgov.com

SHS Quadra 6, Complexo Brasil 21 - bloco E sala 502/509